

Demonstrações financeiras

Amazônia Energia Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2021
com relatório do auditor independente

Amazônia Energia Participações S.A.

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório da administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração de resultados	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Senhores acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da AMAZÔNIA ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia” ou “AMAZÔNIA”) vem submeter à apreciação dos acionistas e demais interessados as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

A AMAZÔNIA é uma Sociedade de Propósito Específico formada pela CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S. A. (“CEMIG GT”), que em 31 de dezembro de 2021, detinha 49% do capital votante e 74,5% do capital total, e pela LIGHT S.A. (“LIGHT”), que em 31 de dezembro de 2021, detinha 51% do capital votante e 25,5% do capital total. O propósito é a participação no capital social da Norte Energia S. A. (“NESA”), detentora da concessão da Usina Hidrelétrica Belo Monte (“UHE Belo Monte”). Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha 9,77% de participação no empreendimento. A figura 1 retrata o arranjo societário da NESA:

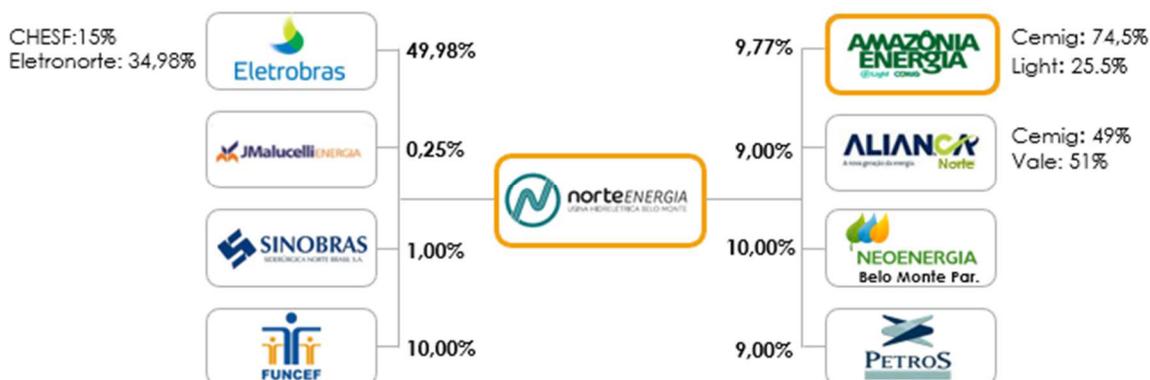


Figura 1 – Arranjo societário da NESA

A NESA é a responsável pela construção, operação e manutenção da UHE Belo Monte, maior usina hidrelétrica 100% brasileira e quarta maior do mundo, com 11.233 MW de capacidade instalada e 4.571 MW médios de garantia física. O empreendimento fica localizado no estado do Pará, utilizando o potencial hidrelétrico do rio Xingu. Em 20/04/2016 iniciou-se a operação da primeira unidade geradora. Desde 19/11/2019 a usina encontra-se plenamente operacional, com suas 18 UGs do sítio Belo Monte somadas às 6 UGs do sítio Pimental. A figura 2 apresenta uma visão geral do empreendimento:

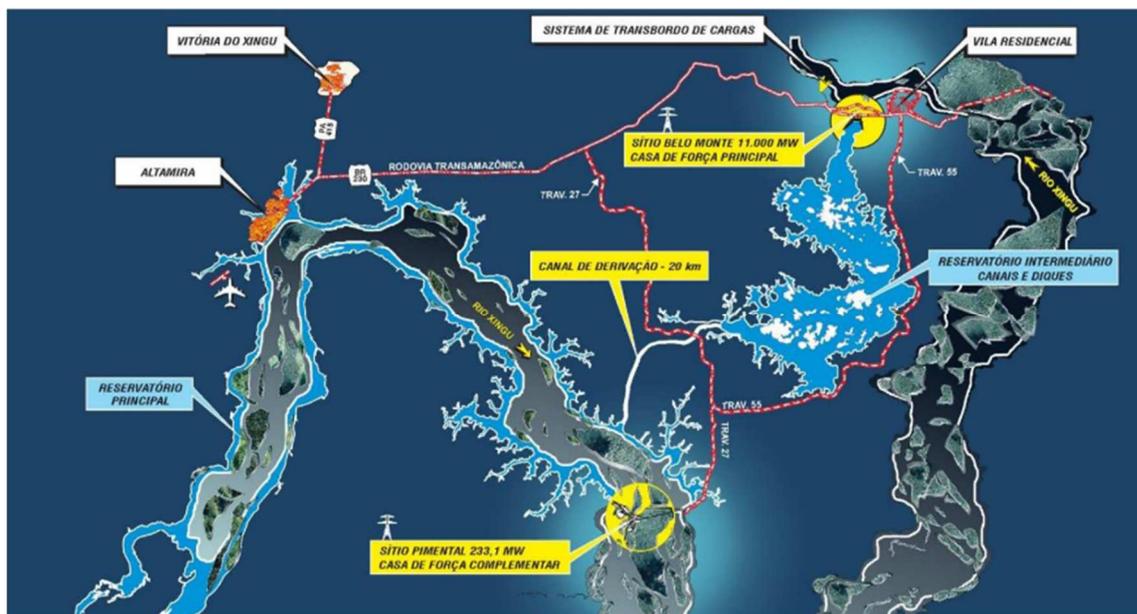


Figura 2 – Arranjo geral do Complexo Belo Monte

A Usina é integrante do Sistema Interligado Nacional – SIN e tem papel fundamental no suprimento energético do Brasil, proporcionando melhor aproveitamento das diferenças hidrológicas de cheia e seca registradas neste país continental. A comercialização de energia da UHE Belo Monte está assim distribuída: (i) 70% destinada aos Contratos no Ambiente Regulado, por meio de 45 distribuidoras, (ii) 20% para Contratos no Ambiente Livre e (iii) 10% para autoprodutores.

A AMAZÔNIA, como um veículo de investimento em Belo Monte, manteve em 2021 o estreito acompanhamento das ações desenvolvidas pela sua investida, seja através de interações diretas com a administração da Norte Energia, enquanto acionista, ou mesmo através da atuação dos seus indicados nos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração da NESAs. A Administração da AMAZÔNIA buscou ainda, no período, apresentar sua visão estratégica acerca das matérias deliberativas no Conselho de Administração da NESAs, através das orientações de voto apresentadas pela Administração da AMAZÔNIA aos Conselheiros de Administração por ela indicados na NESAs.

Ao encerrarmos o exercício de 2021, destacamos que a investida NESAs apresentou um excelente desempenho operacional. O empreendimento, diante da melhora das vazões afluentes, apresentou, em dezembro, recorde de produção, gerando 4.370.256MWh. Em 2021 foram produzidos 31.795.080MWh de energia limpa e renovável. A usina recebeu a certificação internacional I-REC Standard, que atesta a origem renovável de energia gerada e permite a emissão e comercialização de créditos de compensação de emissões de gases do efeito estufa. Outro destaque foi a elevada disponibilidade anual da UHE Belo Monte: 99,72%. Já a UHE Pimental registrou 95,99%.

A AMAZÔNIA realizou em 2021 o monitoramento contínuo das atividades realizadas na NESAs, com destaque para as discussões e ações nas esferas administrativa e judicial para permitir a manutenção do hidrograma de consenso B em 2021. Em janeiro e fevereiro esteve vigente uma determinação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis (IBAMA) para adoção de um novo hidrograma que impactou na menor geração de caixa advinda com a Tarifa Energética de Otimização – TEO em cerca de R\$ 47 MM. Em fevereiro, a NESA firmou um Termo de Compromisso Ambiental com o IBAMA, visando assegurar a adoção de regime de vazões previsto originalmente no licenciamento ambiental para a geração de energia. Isso permitiu o retorno ao hidrograma original em março. Ainda em fevereiro foi encaminhado para o IBAMA o pedido de renovação da Licença de Operação, conjuntamente com relatórios de monitoramento que comprovam o cumprimento das condicionantes estabelecidas em licenciamento anterior. Não obstante, em junho, o Ministério Público Federal solicitou à Justiça Federal a suspensão do Termo de Compromisso, e obteve deferimento por meio de liminar, passando a valer novamente o hidrograma alternativo. A NESA e a União conseguiram derrubar a liminar em julho, garantindo o retorno ao hidrograma original.

Destacamos também que em 2021 foi publicada a REN ANEEL 945/2021 e a REH ANEEL 2.932/2021 que estenderam o prazo de concessão de outorga da UHE Belo Monte em 319 dias, em face da compensação pelos efeitos causados pelo GSF, não caracterizados como risco hidrológico. Dessa forma, a nova data final da concessão da UHE Belo Monte é 11/07/2046. Essa extensão da concessão agregará um valor aproximado de R\$ 307 MM ao empreendimento, conforme cálculos realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Administração da AMAZÔNIA manteve no período o contínuo acompanhamento do desempenho financeiro da investida, em que se destaca a obtenção de EBITDA 26% superior ao apresentado em 2020, atingindo o valor de R\$ 3.219 MM. Contudo, foi registrado um prejuízo de R\$ 432 MM em 2021, decorrente do impacto significativo da redução da energia alocada devido ao GSF e do aumento da taxa de juros (TJLP), base para os encargos financeiros de empréstimos, que foi 4% superior a 2020. A NESA encerrou 2021 com uma dívida líquida de R\$ 27.849 MM.

A Diretoria da AMAZÔNIA externa seu reconhecimento pelo apoio recebido do seu Conselho de Administração e das sócias Light S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2023.

Atenciosamente,

Eduardo Fonseca Coelho
Diretor Financeiro

Walles de Jesus Lopes Pereira
Diretor Técnico

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Amazônia Energia Participações S.A.
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Amazônia Energia Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Amazônia Energia Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Brasília, 24 de Novembro de 2023.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/O

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O

Amazônia Energia Participações S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	101	102
Outros créditos	7	-	14
Total do ativo circulante		<u>101</u>	<u>116</u>
Não circulante			
Investimento	4	1.253.799	1.296.085
Total do ativo não circulante		<u>1.253.799</u>	<u>1.296.085</u>
Total do ativo		<u>1.253.900</u>	<u>1.296.201</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		16	21
Impostos a recolher		534	536
Total do passivo circulante		<u>550</u>	<u>557</u>
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais	8	7.883	-
		<u>7.883</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido	5		
Capital social		1.322.898	1.322.698
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		-	100
Prejuízos acumulados		(77.431)	(27.154)
Total do patrimônio líquido		<u>1.245.467</u>	<u>1.295.644</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>1.253.900</u>	<u>1.296.201</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Amazônia Energia Participações S.A.

Demonstração de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2021	2020
Despesas operacionais			
Administrativas	6	(7.990)	(168)
Equivalência patrimonial	4	(42.286)	(84.061)
Outras receitas operacionais, líquidas		-	(4)
		<u>(50.276)</u>	<u>(84.233)</u>
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(50.276)	(84.233)
Resultado financeiro:			
Receitas financeiras		-	1
Despesas financeiras		(1)	(2)
		<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(50.277)</u>	<u>(84.234)</u>
Provisão para imposto de renda e contribuição social	9	-	-
Prejuízo do exercício		(50.277)	(84.234)
Resultado por ação – básico e diluído (R\$)	5.d	<u>(0,03801)</u>	<u>(0,06368)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Amazônia Energia Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício		(50.277)	(84.234)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		<u>(50.277)</u>	<u>(84.234)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Amazônia Energia Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Descrição	Capital social integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.322.598	-	2.854	13.557	40.670	-	1.379.679
Integral. de ações - Light S/A	25	-	-	-	-	-	25
Integral. de ações - CEMIG Geração S.A.	75	-	-	-	-	-	75
Adiantamento para futuro aumento de capital - Light S/A	-	25	-	-	-	-	25
Adiantamento para futuro aumento de capital - CEMIG Geração S.A.	-	75	-	-	-	-	75
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(84.234)	(84.234)
Absorção de prejuízos acumulados com reservas	-	-	(2.854)	(13.557)	(40.670)	57.080	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.322.698	100	-	-	-	(27.154)	1.295.644
Integral. de ações - Light S/A	51	-	-	-	-	-	51
Integral. de ações - CEMIG Geração S.A.	149	-	-	-	-	-	149
Adiantamento para futuro aumento de capital - Light S/A	-	(25)	-	-	-	-	(25)
Adiantamento para futuro aumento de capital - CEMIG Geração S.A.	-	(75)	-	-	-	-	(75)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(50.277)	(50.277)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.322.898	-	-	-	-	(77.431)	1.245.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Amazônia Energia Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa (Método indireto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(50.277)	(84.234)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa			
Equivalência patrimonial	4	42.286	84.061
Depreciação do Imobilizado		-	1
Baixa de imobilizado		-	3
Provisão para demandas judiciais		7.883	-
Resultado ajustado		(108)	(169)
Variações em ativos e passivos das atividades operacionais			
Outros créditos		14	-
Fornecedores – materiais e serviços em geral		(5)	2
Impostos a recolher		(2)	2
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(101)	(165)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital pelos acionistas – capital realizado	5	100	100
Integralização de capital pelos acionistas – AFAC	5	-	100
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		100	200
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(1)	35
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		102	67
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		101	102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Amazônia Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia” ou “Companhia”) foi constituída em 14 de junho de 2011 sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, e tem por objeto social específico participar como acionista e administrar sua participação no capital social da Norte Energia S.A. (“Norte Energia” ou “Investida”), sociedade de propósito específico titular da concessão para explorar a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), no Rio Xingu, no Pará e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora, conforme contrato de concessão nº. 01/2010-MME celebrado com a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 26 de agosto de 2010, a investida Norte Energia S.A. assinou o referido Contrato de Concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido Contrato. Ainda, de acordo com o referido Contrato, 70% da energia assegurada será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL). A sede da Companhia está localizada no SCS Quadra 1 Bloco G, Sala 1002, Edifício BARACAT, Brasília-DF.

A Norte Energia S.A. é uma sociedade por ações, de propósito específico (SPE) de capital aberto constituída em 21 de julho de 2010 e controlada por meio de acordo de acionistas (“Acordo”), tendo por objeto conduzir as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”). É composta por empresas estatais e privadas do setor elétrico, fundos de pensão e de investimento e empresas autoprodutoras.

A concessão para a construção da hidrelétrica, no município de Vitória do Xingu, foi objeto de leilão realizado no dia 20 de abril de 2010. A outorga coube à Norte Energia S.A por um prazo de 35 anos.

De acordo com o Contrato de Concessão, a UHE Belo Monte gerará um volume de energia elétrica com uma capacidade instalada total de 11.233,1 MW. A garantia física da usina, para efeito comercial, é de 4.571 MW médios sendo 4.418,9 MW médios referentes à UHE Belo Monte, a qual foi atingida com a entrada em operação comercial da unidade geradora 08 (UG08) em fevereiro de 2018, e 152,1 MW médios referentes à UHE Pimental, com a operação comercial de todas as unidades geradoras.

Os acionistas da Companhia são a CEMIG Geração e Transmissão S.A. (“Cemig”), com 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais Classe A e a Light S.A. (“Light”), com 51% das ações ordinárias. A Amazônia é detentora de 9,77% do capital social da Norte Energia S.A., que é todo representado por ações ordinárias.

Em 30 de outubro de 2011, a Amazônia finalizou a operação de aquisição de 9,77% das ações ordinárias da Norte Energia. A diferença positiva entre o valor pago pela participação societária em relação ao ativo líquido a valor justo, no montante de R\$ 5.807 refere-se a goodwill.

Amazônia Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021 a Norte Energia S.A. apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 189.028 e ainda despenderá quantias em projetos previstos pelo Contrato de Concessão mesmo após a conclusão da construção e pela operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos para a conclusão da UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

2. Base de apresentação e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e referendadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. As questões de maior complexidade e que requerem nível de julgamento mais elevado, nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, são relativas à mensuração da provisão para demandas judiciais e à determinados itens contidos nas demonstrações financeiras da investida Norte Energia, tais como provisões e vida útil do ativo imobilizado.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de novembro de 2023.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

Amazônia Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Principais práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

c. Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Estão mensurados ao custo amortizado.

e. Investimentos

Controle conjunto (“joint venture”) é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

O investimento da Companhia na joint venture (ou investida) é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. O investimento é reconhecido inicialmente ao custo e ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da investida a partir da data de aquisição. O ágio relativo ao investimento (“goodwill”) é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado, nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

Amazônia Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Principais práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da investida. Eventual variação em outros resultados abrangentes da investida é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da investida, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a investida são eliminados em proporção à participação na investida.

As demonstrações financeiras da investida são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a da Companhia (exercício social, 12 meses). As políticas contábeis da investida também estão alinhadas com a da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer eventual perda sobre o valor recuperável do investimento da Companhia na investida. Com esse objetivo, a Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na joint venture sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da investida e o valor contábil, e reconhece a perda na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, com base na avaliação da Administração, não houve apuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável do investimento societário (*impairment*).

f. Provisões

i) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Amazônia Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Principais práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

f. Provisões--Continuação

ii) Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais, relacionada a processos judiciais e administrativos, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

g. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido: os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão e opções de ações são reconhecidos, quando aplicável, como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

h. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído, nos exercícios apresentados, se houver, nos termos do CPC 41.

i. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis fiscais, ou substancialmente promulgados, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriadas, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Amazônia Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Principais práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

i. Imposto de renda e contribuição social corrente--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, assim como sobre as diferenças temporárias (quando aplicável), decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando tais impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com impostos administrados pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributadas ou diferentes entidades tributadas, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

j. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas mediante o regime de competência e se tratam tão somente de equivalência patrimonial do investimento societário na Norte Energia S.A. e daquelas decorrentes de rendimentos financeiros sobre as aplicações financeiras.

k. Mudanças nas políticas contábeis

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

i) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

Amazônia Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Principais práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

k. Mudanças nas políticas contábeis--Continuação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

ii) Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. Atualmente, a Companhia está avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

iii) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Banco conta movimento	101	102
	<u>101</u>	<u>102</u>

Amazônia Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Investimentos

	31/12/2021	31/12/2020
Participação societária - Norte Energia S.A.	1.247.992	1.290.278
Ágio sobre investimento (goodwill)	5.807	5.807
	1.253.799	1.296.085

Informações sobre os investimentos e movimentação:

Saldo do investimento no início do exercício	1.290.278	1.374.339
Cálculo da equivalência patrimonial		
Prejuízo do exercício da Norte Energia S.A.	(432.813)	(860.393)
Percentual de participação societária	9,77%	9,77%
Resultado de equivalência patrimonial no exercício	(42.286)	(84.061)
Saldo do investimento no final do exercício	1.247.992	1.290.278
Patrimônio líquido em 31/12 da Norte Energia S.A. – Ajustado (*)	12.773.716	13.206.530
Percentual de participação societária	9,77%	9,77%
Participação no patrimônio líquido da Norte Energia S.A	1.247.992	1.290.278
Goodwill sobre investimento em 31/12	5.807	5.807
Total de saldo de investimento no final do exercício	1.253.799	1.296.085

(*) O patrimônio líquido da investida é ajustado pelo valor do capital não integralizado por outros acionistas da Norte Energia. Esses montantes se realizarão através do aporte extemporâneo por parte dos acionistas que não honraram as respectivas chamadas de capital, ou em última instância por meio da diluição destes acionistas na proporção das parcelas não integralizadas. Não há neste momento qualquer diluição na participação dos demais acionistas em razão dessa não integralização de capital por parte de outros acionistas da investida.

(a) Informações da investida

Os principais saldos patrimoniais da investida em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são apresentados como segue:

Balanco Patrimonial	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Ativo circulante	1.489.913	1.796.877
Ativo não circulante	41.641.146	42.691.891
Passivo		
Passivo circulante	1.678.941	1.957.228
Passivo não circulante	28.705.845	29.357.442
Patrimônio líquido	12.746.273	13.174.098

Amazônia Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Investimentos--Continuação

Demonstração do resultado	2021	2020
Receita líquida de venda	4.836.435	4.402.647
Custos da venda de energia	(1.006.375)	(1.369.170)
Custos de operação	(2.205.680)	(2.078.982)
Lucro bruto	1.624.380	954.495
(Despesas) receitas operacionais	(100.481)	(104.536)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.523.899	849.959
Resultado financeiro:		
Receitas financeiras	88.630	159.418
Despesas Financeiras	(2.098.128)	(2.025.477)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(485.599)	(1.016.100)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	52.786	155.707
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(432.813)	(860.393)

5. Patrimônio líquido

a) Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Amazônia estava representado por capital subscrito e totalmente integralizado, no valor de R\$ 1.322.898 (R\$ 1.322.698 em 2020) dividido em ações ordinárias e ações preferenciais classe "A", todas sem valor nominal, como segue:

Acionistas:	31/12/2021			31/12/2020		
	Quant. Ações	%	Valor	Quant. Ações	%	Valor
Ações ON						
Light	337.338.918	25,5	337.339	337.287.918	25,5	337.288
Cemig	324.109.943	24,5	324.110	324.060.943	24,5	324.061
Total de ações ON	661.448.861	50,0	661.449	661.348.861	50,0	661.349
Ações PN Classe "A"						
Cemig	661.448.862	50,0	661.449	661.348.862	50,0	661.349
Total	1.322.897.723	100,0	1.322.898	1.322.697.723	100,0	1.322.698

b) AFAC – Adiantamento para futuro aumento de capital

As acionistas LIGHT e CEMIG realizaram durante o ano de 2021, a integralização no capital realizado dos recursos de adiantamento para futuro aumento de capital "AFAC" na Companhia no montante de R\$ 100 mil, sendo R\$ 74,5 mil pela CEMIG e R\$ 25,5 mil pela LIGHT.

Amazônia Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Patrimônio líquido--Continuação

c) Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação básico é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui títulos de dívidas conversíveis em ações, ações em tesouraria e outros instrumentos para diluição de ações.

Abaixo está demonstrado o resultado por ação (ações em lote de mil):

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Média ponderada de ações disponíveis no exercício	<u>1.322.798</u>	1.322.698
Prejuízo do exercício	<u>(50.277)</u>	(84.234)
Resultado por ação – básico e diluído (R\$)	<u><u>(0,03801)</u></u>	<u><u>(0,06368)</u></u>

6. Despesas administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Serviços de terceiros	(91)	(129)
Despesas de viagens e representação	(14)	(14)
Publicações legais	-	(20)
Depreciação do imobilizado	-	(1)
Provisão para demandas judiciais	(7.883)	-
Tributárias	(2)	(4)
	<u><u>(7.990)</u></u>	<u><u>(168)</u></u>

7. Partes relacionadas

Transações com membros-chave da administração:

	<u>31/12/2021</u>			<u>31/12/2020</u>		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Adiantamentos a diretores	-	-	-	14	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Remuneração dos membros-chave da administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não houve remuneração a Administração.

Amazônia Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Provisão para processos judiciais e contingências passivas

Em 31 de dezembro de 2021, existe uma Ação Anulatória de Sentença Arbitral, ajuizada com o objetivo de impugnar a sentença arbitral proferida no procedimento no. 07/2017, administrado pela Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, instaurado a pedido da Norte Energia S.A. contra a Fundação de Economiários Federais – FUNCEF. A referida sentença arbitral julgou improcedente o pedido formulado pela Norte Energia S.A., isentando a FUNCEF de realizar aportes de capital decorrentes de aprovações de aumentos de capital na Norte Energia S.A. A probabilidade de perda da causa é considerada provável, com valor estimado de perda em R\$ 7.833 relativo à sucumbência fixada na sentença de 2º grau.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía processos administrativos ou judiciais classificados com risco de perda possível.

9. Imposto de renda e contribuição social

A composição da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL para fins de lucro real	(50.277)	(50.277)	(84.234)	(84.234)
Alíquota nominal combinada dos tributos - %	25%	9%	25%	9%
Adições e exclusões permanentes - equivalência patrimonial:	(12.569)	(4.525)	(21.058)	(7.581)
Prejuízo fiscal do exercício não registrado	10.571	3.806	21.015	7.565
Prejuízo fiscal do exercício não registrado	1.998	719	43	16
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado - lucro real	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui saldos de créditos tributários provenientes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no valor de aproximadamente R\$ 8.380 mil (R\$389 mil em 2020).

Esses valores não estão contabilizados devido à ausência de expectativa de lucros tributários futuros nos próximos exercícios.

Amazônia Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Instrumentos financeiros por categoria

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativos financeiros:		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	101	102
Valores a receber de partes relacionadas	-	14
	<u>101</u>	<u>116</u>
Passivos financeiros:		
Custo amortizado		
Fornecedores	16	21
	<u>16</u>	<u>21</u>

Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de integralizações de capital de acionistas. Os atuais acionistas da Companhia estão entre os maiores de cada um de seus ramos no Brasil. O quadro de acionistas é formado por Companhias líderes no setor elétrico e de mineração. O prazo das aplicações financeiras respeita as necessidades previstas no Plano de Negócios da Companhia e nenhum ativo emitido por instituição privada, investido pela Companhia, extrapola a carência máxima de 90 dias.

Risco de crédito e outros

A Administração, em sua gestão financeira, limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno de capital compatível ao risco, sem concentrar sua exposição a um ente específico.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como o risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de suas acionistas no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Amazônia Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Eventos subsequentes

11.1 Aporte de capital

Foram efetuados dois aportes de capital após 31 de dezembro de 2021:

- em 04 de novembro de 2022, no valor de R\$ 144.000, dividido em 72.000 ações ordinárias e 72.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal;
- em 4 de abril de 2023, no valor de R\$ 279.000, dividido em 139.500 ações ordinárias e 139.500 em ações preferenciais, todas sem valor nominal.

11.2 Decisão do STF – eficácia da coisa julgada tributária

Em decisão tomada em fevereiro de 2023 por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. Na prática, todas aquelas decisões favoráveis de inexigibilidade de tributos as quais os contribuintes conseguiram e, posteriormente, a mesma matéria foi julgada de forma desfavorável pelo Supremo, terão os seus efeitos cessados inclusive retroativamente, respeitadas, no entanto, a anterioridade anual e/ou nonagesimal (quando não se pode cobrar um tributo imediatamente) a depender do tributo em questão.

Com base em opinião legal dos assessores jurídicos, da investida Norte Energia realizou o levantamento sobre os impactos tributários, no qual, especificamente sobre a CSLL, não existirem autuações em curso envolvendo a investida Norte Energia com algum tipo de isenção ou exigibilidade suspensa da contribuição.

Ampliando o escopo da análise aos demais tributos de pagamento contínuo, a investida Norte Energia não possui decisão judicial proferida em ação individual transitada em julgado, seja pelo reconhecimento de determinado tributo, seja pelo não recolhimento, cujo entendimento tenha sido modificado por ulterior decisão do STF proferida em sede de controle concentrado de constitucionalidade ou sob a sistemática da repercussão geral.

A Companhia também efetuou análise sobre os impactos da decisão supracitada e concluiu não existirem impactos a serem divulgados sobre o tema.

11.3 Recuperação Judicial Light S.A

Em 15 de maio de 2023 o acionista Light S.A., que detêm 25,5% do capital social, obteve deferimento, pela 3ª Vara Empresarial da Comarca do Estado do Rio de Janeiro, do seu pedido de recuperação judicial. O pedido realizado pelo referido acionista tem por objetivo reestabelecer o reequilíbrio econômico-financeiro das contas, não impactando as suas operações. Tendo em vista que os aportes realizados pelos acionistas na Companhia são limitados para o custeio de suas despesas e ocorrem de forma proporcional a suas participações, além dessas despesas para custeio serem reduzidas consideramos que essa situação não impacta o curso normal dos negócios da Companhia.

Amazônia Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Amazônia Energia - DFs 2021.pdf

Documento número #0b8ed629-2912-4009-8f19-218d7494f1da

Hash do documento original (SHA256): 42967c11754077898c9e9e43f4f299cb91d6fd52c36f9e0b02a03097a3dd23b1

Assinaturas



Walles de Jesus Lopes Pereira

Assinou como representante legal em 24 nov 2023 às 09:02:40



Eduardo Fonseca Coelho

Assinou como representante legal em 24 nov 2023 às 10:30:53

Log

- 24 nov 2023, 07:58:44 Operador com email financeiro@empresarialsc.com.br na Conta eb86afb4-2c36-47ce-9adc-a1d3d0e7de85 criou este documento número 0b8ed629-2912-4009-8f19-218d7494f1da. Data limite para assinatura do documento: 24 de dezembro de 2023 (07:58). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 24 nov 2023, 08:03:03 Operador com email financeiro@empresarialsc.com.br na Conta eb86afb4-2c36-47ce-9adc-a1d3d0e7de85 alterou o processo de assinatura. Data limite para assinatura do documento: 27 de novembro de 2023 (07:58).
- 24 nov 2023, 08:03:03 Operador com email financeiro@empresarialsc.com.br na Conta eb86afb4-2c36-47ce-9adc-a1d3d0e7de85 adicionou à Lista de Assinatura: eduardo.coelho@light.com.br para assinar como representante legal, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Eduardo Fonseca Coelho.
- 24 nov 2023, 08:03:03 Operador com email financeiro@empresarialsc.com.br na Conta eb86afb4-2c36-47ce-9adc-a1d3d0e7de85 adicionou à Lista de Assinatura: walles@cemig.com.br para assinar como representante legal, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Walles de Jesus Lopes Pereira.
- 24 nov 2023, 09:02:40 Walles de Jesus Lopes Pereira assinou como representante legal. Pontos de autenticação: Token via E-mail walles@cemig.com.br. IP: 128.201.18.240. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -19.929178 e longitude -43.949875. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.672.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 24 nov 2023, 10:30:54 Eduardo Fonseca Coelho assinou como representante legal. Pontos de autenticação: Token via E-mail eduardo.coelho@light.com.br. IP: 179.218.3.160. Componente de assinatura versão 1.673.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

24 nov 2023, 10:30:54 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 0b8ed629-2912-4009-8f19-218d7494f1da.

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 0b8ed629-2912-4009-8f19-218d7494f1da, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.